

## Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados ouve especialistas em audiência pública amanhã (1º/07)

Amanhã, 1º de julho acontecerá no Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados a audiência pública para ouvir especialistas acadêmicos e debater a reforma administrativa. O evento será realizado a partir das 10 horas, no plenário 12.

Os representantes dos servidores ouvidos pelos deputados na audiência do último dia 17 mais uma vez chamaram a atenção dos parlamentares que sempre que o tema corte de gastos entra na pauta o primeiro segmento a ser atacado é o serviço público e os servidores. Com a desculpa de tornar o Estado mais eficiente inventam uma reforma administrativa que tem como objetivo foi retirar direitos dos trabalhadores e da população.

Para o diretor executivo da Condsef e vice-presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira, a população precisa ficar atenta a mais esse ataque ao direito dos cidadãos de ter um serviço público de qualidade e universal.

“Quem defende essa reforma não está pensando nos usuários e tão pouco na eficiência, só falam em diminuição do Estado e

retirada de direitos dos servidores que realmente prestam relevantes serviços a sociedade, mas não tem intenção de mexer nos super salários e nos privilégios da cúpula do judiciário e do legislativo” afirmou Raimundo Pereira.

A categoria precisa ficar atenta e mobilizada para mais essa tentativa de extinção dos serviços públicos. Lembrando que o grupo de trabalho criado em 28 de maio pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem 45 dias para apresentar o relatório e Motta quer votar o texto no Plenário da Câmara em julho, antes do recesso parlamentar.

Os servidores precisam pressionar os deputados a não

**02/07 às 10h**

Concentração Plenário 2 do Anexo II Câmara dos Deputados (audiência GT da reforma administrativa)

**07/07 às 08h**

Mobilização Anexo II Câmara dos Deputados (relatório preliminar GT)

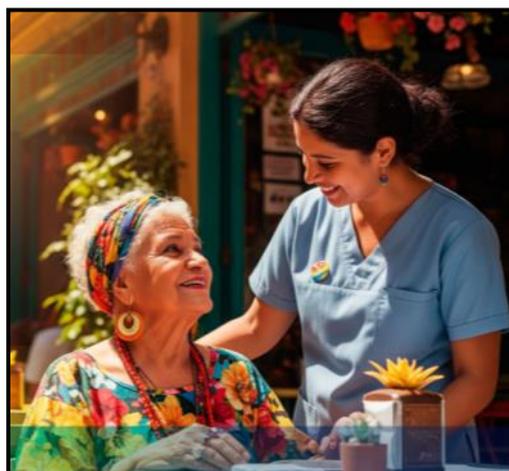
**08/07 às 09h até 18h**

Seminário da Frente Parlamentar do Serviço Público no auditório Nereu Ramos

**CANCELA A REFORMA**


votarem essa matéria que é tem como objetivo privatizar os serviços públicos, gerando menor eficiência e a precarização dos serviços e a deterioração das condições de trabalho e dos direitos dos servidores públicos.

Com informações da CONDSEF



## Entre o preconceito e o silêncio: o desafio de envelhecer sendo LGBTQIA+

Envelhecimento da população LGBTQIA+ revela desafios de preconceito e invisibilidade, exigindo maior compreensão e respeito às especificidades dessa fase da vida

Matéria em [cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)



# Plebiscito Popular 2025 mobiliza o país pelo fim da escala 6x1

Por um Brasil mais justo, entidades que compõem as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, como a CUT, demais centrais sindicais, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros, mobilizam as ruas e as redes sociais em torno do Plebiscito Popular 2025 que vai ouvir a opinião de trabalhadores e trabalhadoras sobre temas centrais para o futuro do país.

A consulta popular vai ouvir milhões de pessoas sobre três questões: redução de jornada de trabalho sem redução de salário, o fim da escala 6x1 e a isenção de pagamento de imposto de renda (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, além do aumento da taxa para quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais, como forma de justiça tributária.

O plebiscito tem início em 1º de julho, mas deve ganhar maior projeção durante a Semana da Pátria (1º a 7 de setembro), quando a militância sairá às ruas para dialogar com a população em todo o país. No entanto, o período oficial de votação ocorrerá de 14 a 21 de setembro, com participação aberta, gratuita e voluntária.

Para o secretário nacional de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais da CUT, Milton dos Santos Rezende, (Miltinho), o Plebiscito Popular 2025 ocorre em um momento importante em que o parlamento brasileiro vem se consolidando como um “espaço de bloqueio das mudanças populares mais básicas”.

“É nele que a elite brasileira finca suas unhas para impedir qualquer redistribuição de riqueza. Por isso, o plebiscito também cumpre uma função de denúncia e de pressão política: ele aponta diretamente



para esse conflito de classe e mostra que há um Brasil que quer mudar e outro que fará de tudo para manter privilégios e desigualdades”, aponta.

Na avaliação do dirigente, os temas do plebiscito popular se conectam na vida da classe trabalhadora, e se torna mais necessário após o período de destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e crescimento da informalidade durante os governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

“Neste ano, trabalhadores e trabalhadoras também foram às ruas para denunciar a escala 6x1 e as jornadas exaustivas que adoecem, esmagam e roubam o tempo de viver. É nesse contexto que se insere a defesa da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, e o fim da escala 6x1 — temas que, assim como a justiça tributária, tocam a dignidade e a qualidade de vida da classe trabalhadora”, continua Miltinho.

## Mobilização pelo país

Em várias capitais do país, a mobilização em torno da consulta popular foi marcada por atividades públicas. Em São Paulo, João Pessoa, Belém e Porto Alegre, os encontros reuniram lideranças e voluntários dispostos a ampliar o alcance da iniciativa.

A campanha, que aposta em estratégias híbridas, combinando ferramentas tradicionais e digitais, conta com materiais de divulgação como jornais, cartazes, vídeos e conteúdo para redes sociais fazem parte da divulgação. Além disso, uma rede de mobilizadores foi formada para atuar diretamente nos territórios, promovendo ações de base e fortalecendo a organização popular.

## Quando será a votação

O período oficial de votação ocorrerá de 14 a 21 de setembro, com participação aberta, gratuita e voluntária. As urnas físicas estarão disponíveis em sindicatos, praças, igrejas, terminais de transporte, escolas e locais de trabalho. Também será possível votar pela internet por meio do site [www.plebiscitopopular.org.br](http://www.plebiscitopopular.org.br).

A expectativa é de que o plebiscito ajude a recolocar na agenda nacional debates urgentes sobre os direitos da classe trabalhadora e a distribuição de renda no país — a partir da escuta e da decisão do próprio povo.

Fonte: [cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)